

Autogoverno e Governo Familiar

Gary DeMar

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto¹

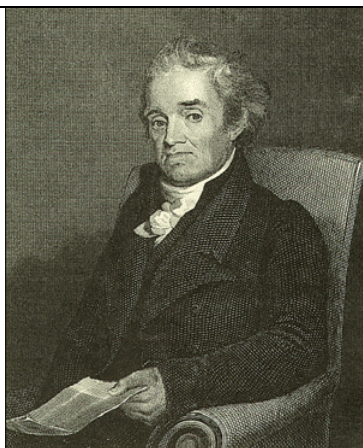
O que é governo? Quando a pergunta é feita, a maioria das pessoas responde igualando governo somente com um Estado centralizado. Mesmo nossa linguagem reflete a confusão: “Governo? Ele é em Brasília”,² ou “O governo cuidará de seus cidadãos através dos seus muitos programas”. As duas declarações refletem um mal-entendido da verdadeira natureza do governo. Elas retratam a idéia que a única instituição governamental é uma política. Historicamente, contudo, o termo “governo” sempre foi qualificado de alguma forma, diferente das definições dos nossos dias.

Nosso sistema educacional reflete a mesma confusão. Uma geração atrás, aulas de escola secundária que lidavam com o governo estatal recebiam o título de “Ciência Cívica”. A ênfase era sobre a função do governo nas questões civis. Esse não é mais o caso. Tais aulas agora recebem o título mais amplo de “Governo”, implicando que os muitos governos são absorvidos num governo todo abrangente. Antes da Primeira Guerra Mundial, livros-texto lidando com governo nacional eram qualificados com o título “Civil”. Um exemplo disso pode ser visto num livro-texto usado em 1903: *Elementos de Governo Civil*. De acordo com esse autor, “A família... é uma forma de governo, estabelecida para o bem das próprias crianças, e o primeiro governo que cada um de nós deve obedecer” (p. 18). O livro continua definindo cinco áreas de governo civil: “a comarca ou distrito civil, a vila ou cidade, o país, o Estado e os Estados Unidos” (p. 18). O termo “governo”, como a velha definição educacional indica, é mais amplo que o Estado. Escritores de livros-texto estavam cientes que existia governo pessoal, familiar, de igreja e escola, cada um tendo uma esfera legítima de autoridade. O Estado era visto como apenas um governo entre muitos.

Negar a validade dos muitos governos e as responsabilidades que cada um tem debaixo de Deus, seria negar a autoridade que pertence a cada um deles na esfera de sua atividade. Se como indivíduos negligenciamos nossos deveres governamentais pessoais, então podemos esperar que o Estado assuma o papel de todos os outros governos legítimos e reivindique ser o único governo, enquanto rotulando todos os outros como falsos. Portanto, ver o Estado como a única instituição governamental “é destrutivo para a liberdade e a vida” (R. J. Rushdoony, *Politics of Guilt and Pity*, p. 332).

¹ E-mail para contato: felipe@monergismo.com. Traduzido em setembro/2007.

² Nota do tradutor: Washington, no original.



Não há autoridade que não proceda de Deus; e as autoridades que existem foram por ele instituídas” (Romanos 13:1). Toda autoridade procede de Deus. Nenhum homem tem poder legítimo sobre outros homens, que não seja derivado de Deus. Todo poder humano é delegado e ministerial.

– Noah Webster

O conceito de multiplicidade de governos é tão velho quanto o nosso país, pois os princípios foram extraídos dos princípios bíblicos. A definição de Noah Webster em seu *American Dictionary of the English Language* (1828) reflete o conceito bíblico da diversidade de autoridade governamental. Webster definiu governo dessa forma: “Direção; regulamento. ‘Esses preceitos servirão para o **governo** de nossa conduta’. Controle; restrição. ‘Os homens são aptos a negligenciar o **governo** de seu temperamento e paixões’.”

Embora Noah Webster, em 1828, defina governo em termos de autocontrole pessoal, as definições mais modernas limitariam grandemente governo à esfera de instituições, especialmente governo civil ou estadista. Isso se torna evidente pelo fato que a definição para governo civil aparece em primeiro lugar nos dicionários modernos. Agora autogoverno e governo familiar nem são listados. Por exemplo, o *Webster’s New World Dictionary* (1972), define governo dessa forma: “O exercício de autoridade sobre um estado, distrito, organização, instituição, etc.”

Noah Webster, na definição antiga, foi ao ponto de incluir o governo familiar como parte da definição completa antes de lidar com o governo de um estado individual ou nação. Ele define governo familiar como: “O exercício de autoridade por um pai ou chefe da família. ‘As crianças são freqüentemente prejudicadas por uma negligência de **governo** nos pais’.” De acordo com a Bíblia, é o dever dos pais governar no lar: “E vós, pais, não provoqueis vossos filhos à ira, mas criai-os na disciplina e na admoestação do Senhor” (Ef. 6:4). Não é dever do governo civil interferir nas questões da família. Contudo, freqüentemente os pais negligenciam o seu dever dado por Deus de criar os filhos “na disciplina e na admoestação do Senhor”. Quando isso acontece, podemos esperar que o Estado tome um papel crescentemente dominante nas questões familiares. Tal papel prejudicará a família. O Estado em muitas ocasiões tem até mesmo reivindicado posse sobre as crianças.

Se gerações continuam a ser doutrinadas com a definição moderna, com têm sido, elas negligenciarão seus deveres governamentais na área pessoal, familiar, na igreja e onde vivem. Elas crerão que esses deveres estão fora da sua área de autoridade e responsabilidade. Cada geração se tornará mais dependente do Estado “benevolente” para cuidado e segurança. Estamos começando a ver tal tendência. “Hoje, a maioria dos americanos perdeu sua fé em Cristo como Salvador, e espera que o governo civil seja o seu salvador. Elas não desejam as responsabilidades do autogoverno, e assim dizem aos políticos, ‘Reinem sobre nós.’ Ao invés de Jesus Cristo como o bom pastor deles, elegem políticos para serem os seus pastores sobre um programa de segurança socialista para todos” (R. J. Rushdoony, *Law and Liberty*, p. 61).

O governo, então, em nossa herança cristã americana que foi formulada a partir de princípios bíblicos, começa com o indivíduo e se estende externamente para incluir todas as instituições. Atualmente, contudo, a maioria dos americanos não está ciente da natureza variada de governo. O governo civil tem assumido a responsabilidade de ser o governo. É triste dizer que muitos americanos estão agradecidos que Washington os libertou do que criam ser o fardo pesado de governarem a si mesmos, suas famílias, igrejas e escolas. Se o povo dos Estados Unidos não estabelecer uma vez mais o governo próprio, da família, da igreja, do governo local, do Estado e do governo nacional aos seus lugares devidos de poder e autoridade, nossa nação estará condenada.

O foco central de todas as esferas de governo é a obra regeneradora de Jesus Cristo. Instituições e governos civis são constituídos de pessoas que são governadas pela condição de seu coração. Se o coração está em rebelião contra Deus, podemos esperar um povo sem disciplina e ingovernável. Se o coração foi renovado em Cristo, podemos esperar um povo que governará suas vidas de acordo com os princípios de governo da Escritura. A. A. Hodge fala da essência do novo coração, a regeneração, como consistindo da “implantação de um novo princípio governamental de vida – a partir do fato que é um ‘novo nascimento’ [João 3:3], uma ‘nova criação’ [2 Coríntios 5:17], operada pelo poder onipotente de Deus na execução de seu propósito eterno de salvação, e que é tão necessário para o mais moral e amável, como para o moralmente abandonado” (*A Commentary on Confession of Faith*, p. 238).

Sumário

“Há poucas declarações hoje sobre a oportunidade e a obrigação de um lar cristão numa república. Todavia, não existe sequer um elemento na América que contribua significativamente para o sucesso do governo constitucional cristão. É no lar onde os fundamentos do caráter cristão são lançados. É no lar onde o autogoverno cristão é aprendido e praticado. Todavia, o cristão americano que está ciente dos desafios particulares ao

caráter cristão americano e à forma de governo constitucional, ainda se inclina à educação política fora de casa. Assim, quando os pais são política, educacional e religiosamente ativos, torna-se necessário para outras agências – a escola, a igreja e a comunidade – tomar a responsabilidade de fazer do lar a primeira esfera de governo na república. Não é necessário dizer que eles não podem substituir o que somente o lar pode fornecer” (Rosalie J. Slater, *Teaching and Learning America’s Christian History*, p. 3).

Fonte: *God and Government – volume 1*,
Gary DeMar, p. 3-6 e 10.